

para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 16-01-2012, pelas 11:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

18-11-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Rute Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Ana Cristina Martins*.

305376038

## 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

**Anúncio n.º 18119/2011**

**Insolvência de pessoa singular (apresentação)**  
**Processo n.º 1558/10.1TJLSB**

Insolvente: Gabriel Marciano Leandro Ruiz.  
Efectivo Com. Credores: Barclays Bank, PLC, e outro(s).

Encerramento de processo nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente Gabriel Marciano Leandro Ruiz, estado civil: Desconhecido (regime: Desconhecido), nascido(a) em 09-08-1974, freguesia de São Jorge de Arroios [Lisboa], NIF 204382874, BI 106202146, Segurança social 11333223229, Endereço: R. Eng. Cunha Leal, Lt. 522, 2.º, Dt.º, Marvila, 1900-110 Marvila, e Administrador da Insolvência Silvério dos Santos, com escritório na Azinhaga da Cidade, Torre C, 7.º, A, Santa Clara, Lumiar, 1750-065 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi, nesta data, encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada com fundamento na insuficiência da massa insolvente [artigo 230.º, n.º 1, alínea d), do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas].

Efeitos do encerramento (nos termos do artigo 233.º, n.º 1, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas):

a) Cessação dos efeitos da declaração de insolvência, e o devedor recupera o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios;

b) Cessação das atribuições do Administrador da Insolvência, com excepção das relativas à prestação das contas;

c) Todos os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor;

d) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

23 de Novembro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. António Marcelo dos Reis*. — O Oficial de Justiça, *Luís Ribeiro Bento*.

305390172

## 3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

**Anúncio n.º 18120/2011**

**Processo n.º 2338/11.2TJLSB — Insolvência de pessoa singular (Apresentação)**

No 3.º Juízo Cível de Lisboa, 2.ª Secção, no dia 11-11-2011, pelas 14H30, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores: José Manuel Rego Figueiredo, NIF 103450483, Endereço: Av. Miguel Bombarda, 59-6.º, Lisboa, 1050-161 Lisboa, Rita Maria S.M. Caeiro Rego Figueiredo, NIF 153738120, Endereço: Av. Miguel Bombarda, 59, 6.º, 1050-161 Lisboa, com domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dra. Graça Isabel Ferreira Lopes Cunha, Endereço: Rua Professor Prado Coelho, 28, 1.º Dtº, 1600-654 Lisboa. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17-01-2012, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais.

14-11-2001. — A Juíza de Direito, *Gracinda Ferro*. — O Oficial de Justiça, *Maria Amélia Gonçalves Dias*.

305351916

## 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

**Anúncio n.º 18121/2011**

**Processo n.º 949/10.2TYLSB — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)**

Requerente: Magistrada do MP — Comarca de Lisboa, Varas e Juízos Cíveis.

Insolvente: Edições Pró-Homem, L.ª

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Edições Pró-Homem, L.ª, NIF — 502186224, Endereço: R. Da Misericórdia N.º 17-2.º, 1249-041 Lisboa

A.I: Paulo Fernando Duarte A. Machado Moura, Endereço: Rua Prof. Barbosa Soeiro, N.º 5, Letra C, 1600-598 Lisboa

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.